Discurso da presidente da OAB Paraná, Marilena Winter, na solenidade de posse da nova diretoria do Tribunal de Justiça do Paraná, gestão 2023-2024

Como representante da advocacia paranaense, sinto-me honrada em participar desta solenidade trazendo os cumprimentos de mais de 83 mil advogados e advogadas. Temos o propósito de trabalhar em sintonia com o tribunal, unidos pelo espírito da Justiça. Assim foi na gestão que se encerra. Estamos ansiosos para trabalhar também com a nova cúpula, liderada pelo eminente Desembargador Keppen.

A gestão conduzida pelo desembargador José Laurindo, iniciada no auge da pandemia, deixa a marca de medidas fundamentais pela retomada da normalidade na prestação jurisdicional, como a volta das audiências de custódia presenciais e do plantão judiciário, a reabertura dos fóruns, o investimento no primeiro grau, dentre eles a contratação de 463 novos servidores, novos concursos para magistrado com aumento de 10% do quadro, a criação de novas comarcas, novas turmas de julgamento e de unidades jurisdicionais.

O tribunal também foi premiado pelo CNJ, pelo terceiro ano consecutivo, pelos critérios de produtividade, governança, transparência, dados e tecnologia, com índices que vêm

melhorando ano a ano, classificando-se dentre os melhores do país. Destaquem-se os índices de atendimento tendentes a reduzir o acervo processual, as diretrizes inclusivas dirigidas às vítimas de crimes, crianças e adolescentes e pessoas com deficiência. Também se ressalte a capacitação em violência doméstica -- e menciono o trabalho exitoso da CEVID, sob coordenação da Desembargadora Ana Lúcia Lourenço, a quem também cumprimento pela eleição para a presidência do COCEVID, e pelo trabalho em prol das mulheres em situação de risco.

Com genuíno contentamento, externo os agradecimentos ao desembargador pela disposição para a interlocução, para ouvir e atender nossas demandas sempre que possível. Foi uma gestão inovadora e assertiva. Estendo os agradecimentos aos demais integrantes da cúpula nas pessoas do 1º Vice-Presidente, Des. Luiz Osório Panza; do Corregedor-Geral, Dr. Luiz Cesar Nicolau; também do Exmo. Juiz Auxiliar da Presidência Dr. Anderson Fogaça e ao DTIC, na pessoa do Desembargador Marcelo Daladéa, tantas vezes acolhendo as angústias da advocacia nas intermitências do Projudi.

A crescente qualidade do TJ do Paraná também se revela em programas humanistas e inclusivos, como o Justiça nos Bairros e o Moradia Legal.

Quem frequenta fóruns, salas de audiência, tribunais, quem vive a luta pelos direitos no seu dia a dia, de frente para faces cruas da realidade, nos becos das injustiças cotidianas, dos presídios e das dores humanas, sabe e valoriza o quanto cada ação dessas, fruto da boa gestão, representa para nossa classe e, por extensão, para os jurisdicionados.

Muitas e definitivas mudanças determinarão o futuro pós pandemia. Mas, neste país marcado pela exclusão digital, a garantia do acesso à Justiça exalta a essencialidade dos magistrados e magistradas e sua presença física nas comarcas e nos tribunais, pois, como disse o ilustre Min. Vieira de Mello Filho, o juiz deve "estar junto do povo". Não refutamos os atos e audiências telepresenciais, mas confiamos na efetividade da RES 481 do CNJ, e defendemos seu imediato cumprimento, assim como enaltecemos a qualidade dos julgamentos presenciais em segundo grau.

O cenário trágico e repugnante da crescente violência contra as mulheres clama por mais celeridade, sendo imperioso reduzir o tempo na análise de medidas protetivas. Os dados do CNJ dão conta, por outro lado, de um fator muito positivo: o alto índice de participação feminina nos cargos em comissão e funções comissionada no TJPR, superior à média nacional. Despiciendo, diante de plateia de tão elevado conhecimento jurídico, destacar

a relevância de políticas que assegurem a participação feminina em todos os espaços, desejamos que essa diretriz traga bons resultados na composição mais equitativa de gênero desta Corte, sendo motivo de grande alegria a recente posse da desembargadora Ana Claudia Finger, egressa do quinto constitucional.

A ministra Cármen Lúcia afirmou, há algum tempo, que cada povo tem o seu ideal de justiça, mas há algo em comum entre todos os povos: a humanidade não aceita o injusto. E é na luta pela justiça que nós advogados encontramos a força que nos move, de mãos dadas com os jurisdicionados, ao encontro dos magistrados "até o último degrau da escada", na expressão de Carnelutti. Nessa profissão, disse em outras palavras Sobral Pinto, não há lugar para covardia. Esses são nossos motivos por trás dos permanentes pleitos pelo adequado provimento de cargos nos cartórios, de juízes nas varas, na atenção prioritária ao primeiro grau, duração razoável dos processos e prazo razoável para o agendamento das audiências. A inquebrantável defesa da dignidade da advocacia, com observância das prerrogativas profissionais e da dignidade de sua remuneração pelo cumprimento fiel do que dispõe o art. 85 do CPC não é antítese, mas, simplesmente, uma das faces da mesma Justiça que nos une - magistrados e advogados - assim

como Ministério Público e Defensoria, e pela qual nossos afazeres se completam.

Queremos, desembargador Keppen, seguir trilhando juntos a senda da justiça social, que leva à efetividade do Direito e a uma sociedade mais fraterna, igualitária e também, na defesa permanente das instituições republicanas. Temos convicção de que assim será, como indica sua admirável biografia de bons serviços prestados aos paranaenses nas trincheiras da Justiça.

A missão não é simples e o atual momento clama por sabedoria. O Brasil enfrenta dificuldades de grande envergadura nos âmbitos político, econômico, social e moral. A capacidade de diálogo com respeito às diferenças precisa ser urgentemente restaurada. Os ideais de paz, justiça, fraternidade e ética não sucumbiram porque, felizmente, nossas instituições têm se mostrado maiores que os ataques violentos, insanos e inaceitáveis contra os Poderes, os arroubos dos que tentaram atropelar a Constituição e, de forma insidiosa, desprezam a democracia. A segurança jurídica e a garantia da ordem fundada em valores consagrados constitucionalmente dependem, mais do que nunca, da boa condução daqueles a quem nossas instituições estão confiadas. Coragem, competência, foco no bem comum e na boa aplicação das leis não faltarão ao Presidente Keppen para bem desempenhar a missão.

Disse o filósofo Ortega y Gasset que “Nunca será tarde para buscar um mundo melhor e novo, se no empenho pusermos coragem e esperança.”

Desejo, pois, Senhor Presidente, a Vossa Excelência e aos demais integrantes da cúpula deste tribunal, que sejam muito felizes no exercício de seus mandatos e que celebremos, daqui a dois anos, a superação das dificuldades, que certamente surgirão, bem como os avanços e as vitórias alcançadas no biênio que se inicia. Sucesso e, pela atenção de todos, muito obrigada!